



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

### COMISSÃO PERMANENTE

### REUNIÃO DE 27 DE AGOSTO DE 2025

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas.  
Foi aprovado o Regulamento da Comissão Permanente.  
O Presidente procedeu à leitura da mensagem do Presidente da República sobre a devolução sem promulgação do Decreto da Assembleia da República n.º [6/XVII](#) — «Altera

a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.»

Na abertura do debate sobre «A situação dos incêndios em Portugal», interveio o Primeiro-Ministro (Luís

Montenegro), tendo posteriormente respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Paulo Raimundo](#) (PCP), [André Ventura](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mariana Mortágua](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Mariana Leitão](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Hugo Soares](#) (PSD).

No encerramento do debate, interveio o Primeiro-Ministro.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [116/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte de Carlos Dâmaso no incêndio da Guarda, [115/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte do bombeiro Daniel Bernardo Agrelo, [117/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte de Adolfo Santos no incêndio de Mirandela

e [121/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte do Sapador Florestal Daniel Esteves, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a).

Foram ainda aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, a autorizar um Deputado do PSD a intervir em tribunal e a autorizar o levantamento de imunidade parlamentar a um Deputado do CH.

O Presidente encerrou a sessão eram 16 horas e 39 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde, queria pedir às autoridades que abrissem as galerias ao público, mas não vejo nenhum elemento das forças de segurança à vista.

*Eram 15 horas.*

Agora sim, peço aos Srs. Agentes da autoridade que abram as galerias, por favor.

*Pausa.*

A Mesa está a verificar a contagem dos Srs. Deputados, que têm de ser 26 e, à vista, parece que estão os 26 necessários para o nosso funcionamento, temos quórum para reunir.

Antes de passar à ordem do dia, para além de cumprimentar todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados e também o Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, porque esta é a nossa primeira reunião depois dos incêndios das últimas semanas, queria só deixar duas palavras em nome da Assembleia.

A primeira é para reiterar, em nome do Parlamento, as mais sentidas condolências às famílias das vítimas e a solidariedade com todos os que foram atingidos por esta tragédia.

A segunda palavra é de reconhecimento aos bombeiros e todos os profissionais e voluntários que têm estado no terreno a defender as nossas comunidades e o nosso território.

Manifesto também a minha convicção de que saberemos aqui, no Parlamento, procurar, em conjunto, as soluções necessárias para apoiar quem sofre e tentar evitar que tragédias como estas se repitam. É essa a responsabilidade que a todos nos cabe.

Queria só deixar esta mensagem prévia aos nossos trabalhos.

Como sabem, na ordem do dia temos um primeiro ponto, relativo ao Projeto de Resolução n.º 187/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Aprova o Regulamento da Comissão Permanente da XVII Legislatura.

Ponho, assim, o dito regulamento à votação.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O segundo ponto da nossa ordem do dia tem a ver com a leitura da mensagem do Sr. Presidente da República sobre a devolução, sem promulgação, do Decreto da Assembleia da República n.º 6/XVII — Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Passo a ler, já que esta é uma das obrigações regimentais, a mensagem do Sr. Presidente. É o seguinte o seu teor:

«Por força do disposto no artigo 279.º, n.º 1, da Constituição, que estabelece que “[S]e o Tribunal Constitucional se pronunciar pela inconstitucionalidade de norma constante de qualquer decreto ou acordo internacional, deverá o diploma ser vetado pelo Presidente da República ou pelo Representante da República, conforme os casos, e devolvido ao órgão que o tiver aprovado”, junto devolvo a Vossa Excelência o Decreto da Assembleia da República n.º 6/XVII da Assembleia da República, que altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, uma vez que o Tribunal Constitucional se pronunciou, em sede de fiscalização preventiva, pela inconstitucionalidade das normas constantes dos n.ºs 1 e 3 do artigo 98.º, do n.º 3 do artigo 101.º, do n.º 1 do artigo 105.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, na redação decorrente das alterações introduzidas pelo artigo 2.º daquele Decreto, e da norma constante do n.º 2 do artigo 87.º-B, aditada à referida Lei pelo artigo 3.º do Decreto em apreço.

Apresento a Vossa Excelência os meus respeitosos cumprimentos.»

É esta a mensagem do Sr. Presidente da República dirigida aqui ao Parlamento.

O ponto três da nossa ordem de trabalhos de hoje é o debate, com a presença do Primeiro-Ministro, sobre «A situação dos incêndios em Portugal».

Como sabem, este debate foi aprovado na nossa Conferência de Líderes. Terá a duração de 67 minutos: a abertura, de 6 minutos, será feita pelo Governo, seguida de uma fase de debate com 6 minutos para cada grupo

parlamentar e 3 minutos para os Deputados Únicos Representantes de um Partido e termina com o encerramento pelo Governo, que terá 10 minutos.

As intervenções ocorrem por ordem de inscrição e quanto ao mais, aplicam-se as regras gerais do Regimento, com as necessárias adaptações.

Sendo assim, e dado que temos quórum, vou dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro para a primeira intervenção. Dispõe, para o efeito, de 6 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quero começar por renovar, em nome do Governo, o nosso pesar pelos quatro compatriotas que perderam a vida no combate aos incêndios.

Quero, igualmente, expressar o desejo de rápida e plena recuperação aos que ainda se encontram feridos e exprimir a nossa solidariedade a todos os que foram afetados pela proximidade das chamas.

Aos bombeiros, militares da GNR (Guarda Nacional Republicana), a todas as forças de segurança, aos agentes da proteção civil, aos sapadores florestais, às Forças Armadas, aos autarcas, às associações e a todos os voluntários o nosso profundo reconhecimento pelo inestimável esforço que fizeram, e fazem, para proteger as nossas vidas e o nosso património.

Srs. Deputados, o Governo, eu próprio e a Ministra da Administração Interna estivemos sempre ao leme, a acompanhar a situação no terreno e a coordenar as ações políticas da nossa responsabilidade.

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias e da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

*Risos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.*

Estivemos antes, estivemos durante e estamos depois de cada ocorrência.

Estivemos antes, quando atuámos na prevenção e na preparação do dispositivo de combate.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Bem feita!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estivemos durante, coordenando e decidindo a situação de alerta...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e a coordenação entre os vários ministérios e departamentos da Administração.

Estivemos, e estamos, após a ocorrência dos incêndios, no apoio rápido às pessoas e às empresas mais afetadas.

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Só não foram vistos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ao nível da prevenção: reforçámos o Programa de Sapadores Florestais — 415 equipas e cerca de 2000 operacionais —; aumentámos o apoio base por equipa de 55 000 € para 61 600 €; apoiámos o aumento adicional para as brigadas sob responsabilidade das comunidades intermunicipais de 65 000 € para 72 800 €;...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Nem sequer pagam a hora!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... constituímos mais 60 Operações Integradas de Gestão da Paisagem, quando apenas existiam 12 quando assumimos as funções de Governo; alargámos o prazo para a limpeza de terrenos até 15 de junho; interviemos ao nível da Rede Primária de Faixas de Interrupção de Combustível, num total de 10 795 ha;...

*Protestos do Deputado do CH Pedro Santos Frazão.*

... atuámos também ao nível dos mosaicos de gestão florestal, envolvendo 21 992 ha; fizemos o controlo do fogo e autorizámos queimadas em 3562 ha; e interviemos na rede viária florestal em 2756 km.

Estes são alguns dos exemplos, dos muitos que temos, de várias intervenções ao nível preventivo.

É verdade, podemos e devemos avaliar a eficácia e a execução destas ações, mas não sem antes dizermos de forma muito clara que é falsa a ideia que não houve prevenção no terreno.

No que toca ao dispositivo especial de combate aos incêndios, como tenho reiteradamente dito, é o maior de sempre: envolve 76 meios aéreos, mais 869 operacionais do que no ano passado e mais 238 veículos de combate.

Srs. Deputados, apesar das medidas preventivas e do diagnóstico, a força do inimigo foi enorme. Foram mais de 25 dias ininterruptos de severidade meteorológica extrema: foram mais 65 % de ocorrências no período de 1 a 20 de agosto...

*Protestos do Deputado do CH Pedro Santos Frazão.*

... e, apesar de as taxas de sucesso da intervenção inicial serem superiores a 93 % e de a resposta chegar, em média, 15 minutos após a notícia da ignição, a verdade é que não conseguimos evitar grandes incêndios, quer do ponto de vista da dimensão quer do ponto de vista da duração.

Nesta altura, quero também dizer-vos, estamos a trabalhar para que a gravidade da situação não volte nos próximos meses de setembro e outubro,...

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

... mas também assumo que é muito útil que se perceba o que aconteceu e porque é que aconteceu, porque é que tivemos estes elevados níveis de propagação e reacendimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Incompetência!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Por outro lado, como também disse, ao nível do apoio às populações afetadas, aprovámos uma lei-quadro que agiliza procedimentos para operar a reconstrução de habitações, a reposição da atividade agrícola e pecuária, a manutenção de postos de trabalho e a viabilidade de muitas — de todas, queremos nós — empresas afetadas pelos incêndios.

Finalmente, tal como prometemos, estão em investigação por equipas próprias os crimes de incêndio doloso e o aprofundamento da eventual conexão entre estas atividades criminosas e alguns interesses económicos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Parece o Costa a falar!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Até 24 de agosto de 2025 foram detidas 103 pessoas,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Prendem-nos e depois soltam-nos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... face a um número que era de 60 no ano passado, entre o trabalho da Polícia Judiciária e da Guarda Nacional Republicana, e foram inquiridas mais de 1000 pessoas no âmbito destas investigações.

Termino, portanto, dizendo-vos, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: é verdade que temos a obrigação de expor as nossas ações, e as oposições de escrutinarem a ação do Governo, mas obviamente que contamos com o esforço de todos para convergirmos na solução deste grave flagelo que nos atinge, infelizmente, todos os anos.

*Aplausos do PSD, do CDS-PP e da Deputada do PS Júlia Rodrigues.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo, do Partido Comunista Português, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, quero deixar uma palavra de solidariedade para as vítimas dos incêndios, para as populações, para os produtores, para os bombeiros e para o conjunto das forças e estruturas da proteção civil; para toda essa gente que, ao contrário do seu Governo, não pôde acordar tarde para o drama que enfrentava.

Toda essa gente teve de enfrentar os incêndios com coragem e sem a arrogância que o seu Governo demonstrou durante todo este processo.

Foi um combate para o qual escassearam meios e onde, mais uma vez, faltou a coordenação. Essa gente, justamente indignada, revoltada e com um profundo e compreensível sentimento de injustiça viu, em muitos casos mais uma vez, os fogos consumirem os bens, os animais das produções e as próprias casas.

Sr. Primeiro-Ministro, não é possível erradicar os incêndios, estamos de acordo nisso, mas tem de ser possível minimizar a dimensão do drama dos incêndios.

Supostamente, e o Sr. Primeiro-Ministro reafirmou isso na intervenção que fez, o seu Governo tinha tudo planeado, tudo preparado — mais operacionais, mais meios, mais tudo —, mas depois, no fim, o que houve foi «tudo» e muito mais incêndios. Faltou coordenação, faltaram máquinas de rastros, faltaram os meios antecipadamente colocados no terreno, faltou a logística básica de suporte para aqueles que estavam e estão na primeira linha de combate aos incêndios.

Faltaram também meios aéreos, mas não faltou, mais uma vez, o negócio em torno dos meios aéreos: 338 milhões de euros, é este o valor pago pelo nosso povo, por todos nós,...

*Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

... desde o início de 2024 a empresas daquelas que fazem o negócio do fogo. Cada problema, uma oportunidade de negócio, mais uma vez isto se expressa.

O Sr. Primeiro-Ministro, e o seu Governo, reagiu tarde, empurrou com a barriga — desculpe a expressão — e procurou fugir às suas próprias responsabilidades. «A culpa é dos incendiários», foi esta a grande fuga para a frente que encontrou. É verdade, os incendiários, independentemente das suas próprias motivações, têm de ser punidos pelos crimes que cometem,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vá lá, isto do PCP já é um avanço!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... mas a dimensão dos incêndios resulta, sobretudo, de políticas desastrosas — e, diga-se, a bem da verdade, não apenas das suas opções e do seu Governo —, onde não é indiferente o corte de 114 milhões de euros para a floresta feito no ano passado, exatamente pelas mãos do seu Governo.

Correndo atrás do prejuízo, o Sr. Primeiro-Ministro, em horário nobre, multiplicou-se em promessas e medidas, umas repetidas e outras que só terão significado se chegarem de forma rápida à vida das pessoas. E é revelador, nesse conjunto de medidas e propostas, que não tenha havido uma única palavra, uma única medida para o apoio aos bombeiros.

Nós não nos vamos opor às já habituais iniciativas da época — grupos de trabalho e de estudo, comissões de inquérito e outras coisas do tipo —, mas, na realidade, todos aqui sabemos que pouco mais há por identificar. Todos aqui sabem, o que é preciso fazer: cumpra-se a estratégia nacional da floresta, aprovada em 2006 e revista em 2013; conclua-se o cadastro; avance-se nas áreas de fogo controlado e nas faixas primárias de gestão de combustível; contrate-se o pessoal necessário para as diversas estruturas que têm de prevenir, de cuidar e de combater os incêndios; adquiram-se os meios aéreos necessários, de uma vez por todas, para não continuarmos esta novela ano após ano; cumpra-se o Estatuto da Agricultura Familiar — só para dar alguns exemplos daquilo que está há demasiado tempo decidido, mas também há demasiado tempo atrasado.

Cumpra-se o que está decidido, concretize-se o muito que falta e faça-se aquilo que todos sabemos que é preciso fazer.

Este não é apenas um debate sobre os incêndios. É também um debate sobre Portugal, o País que queremos ter e o País que somos. Não há solução para a floresta sem a solução para o território, desde logo para o interior, para esse interior que a sua política tanto despreza.

A floresta e o território só se protegem com o povoamento, com trabalho com direitos, mas também com serviços públicos e estruturas do Estado, que sucessivos Governos, com o apoio e incentivo da própria União Europeia, têm vindo a dismantelar. Esses serviços do Estado que fazem falta todos os dias e que fazem falta hoje para as pessoas poderem requerer os apoios e as promessas que o seu Governo anunciou.

Os meios não são ilimitados, é verdade. É de facto necessário fazer opções. Está o Governo disponível? Estará a Assembleia da República disponível para enfrentar os grupos económicos, aqueles que se apropriam do fundamental dos apoios públicos à floresta,...

*Protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho.*

... que impõem os preços da madeira, que impõem a monocultura do eucalipto e do pinheiro e que levam os pequenos produtores florestais a abandonarem as suas propriedades? Está o Governo disponível, estará esta Assembleia disponível para investir 3,5 % do PIB (produto interno bruto) por ano no mundo rural, nas populações e na coesão do território?

É esta a guerra, Sr. Primeiro-Ministro; é nesta guerra e só nesta guerra que é necessário investir. Este, sim, é o pacto que se impõe pelo País, pelas nossas populações, pelo território e pela vida de cada um.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, dispondo de 6 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: Congratulo-me que hoje não se tenha esquecido dos bombeiros na sua publicação e na referência que aqui faz, porque nós, de facto, devemos o essencial do combate e muita desta luta — apesar de toda a descoordenação política, apesar de toda a ausência, apesar de toda a descoordenação — aos bombeiros de Portugal,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... de quem não nos esquecemos e a quem queremos deixar aqui um aplauso sentido.

*Aplausos do CH.*

O Sr. Primeiro-Ministro chega a esta Câmara não por vontade própria, mas porque o Chega o chamou esta Câmara. Chega como o Primeiro-Ministro com a maior área ardida da Europa. Chega a esta Câmara como um dos três piores países da União Europeia no investimento ao combate e prevenção de incêndios. Como é que nos pode vir aqui dizer que tudo funcionou? Como é que nos pode vir aqui dizer que investiu, que fez, que havia prevenção, quando sabemos, vimos e percebemos que não havia e que estamos nos piores da Europa nesta matéria?

A 7 de agosto, a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Administração Interna disse, e cito: «O País tem meios suficientes e não precisa de pedir apoio», mas até ao dia 16 arderam 139 000 ha. do território e Portugal teve de pedir apoio.

Sr. Primeiro-Ministro, isto não é só desatenção, isto não é só olhar para o lado. Quando se faz isto, quando uma Ministra da Administração Interna faz isto, sabemos que isto tem um nome — chama-se incompetência, incompetência!

*Aplausos do CH.*

E temos de o dizer aqui, no Parlamento: incompetência!

A 13 de agosto, Portugal tinha zero *Canadair* no trabalho aéreo — zero! A Grécia tinha 17. Zero tínhamos nós! Com dois avariados. Zero! A Grécia tinha 17 com uma população inferior à nossa, com uma área agrícola e florestal inferior à nossa.

*Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.*

Sr. Primeiro-Ministro, não pode dizer-nos que correu bem, porque não correu. Quando um país com o nosso historial de incêndios, com o nosso historial de destruição do meio florestal é afetado desta forma e não tem meios aéreos para combater, então, Sr. Primeiro-Ministro, vou-lhe dizer uma coisa: não vale a pena ir ao Pontal falar de Fórmula 1, Sr. Primeiro-Ministro; não vale a pena ir ao Pontal anunciar grandes coisas, quando tudo o que faz é inútil, porque perdemos o mais útil, que é o território, é a terra, são as pessoas, é a vida das pessoas. E é isso que o Sr. Primeiro-Ministro devia compreender.

*Aplausos do CH.*

Quando o seu líder parlamentar diz: «Não há evidências de que o Estado falhou», pergunto: não há evidências de que o Estado falhou?! Faça uma viagem, Sr. Deputado, passe na área ardida e veja o que falhou.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fale com as pessoas!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Como tu fizeste!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, gostava que hoje assumisse aqui, perante os portugueses, que não vai ser como o Partido Socialista, mas que vai assumir nesta Casa que falhou, que a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Administração Interna falhou e, sobretudo, que nos vai dar a garantia de que nada desta incompetência vai acontecer no próximo ano.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: Em primeiro lugar, queria deixar uma palavra de condolências às famílias de todas as vítimas destes incêndios e uma palavra de solidariedade para os nossos soldados da paz. Como já foi referido, são homens incansáveis que deram muito do seu esforço para minimizar esta calamidade que assola e assolou o nosso País.

Portugal arde mais uma vez e muita coisa falhou, Sr. Primeiro-Ministro. As chamas tiraram vidas, consumiram casas, destruíram aldeias inteiras, deixaram famílias na rua e agricultores a verem, em poucas horas, o trabalho de uma vida reduzido a chamas. Ouvimos os gritos de desespero das populações. Vemos e vimos a exaustão dos bombeiros. Sentimos a revolta de quem perdeu tudo perante um Estado que relaxou e chegou tarde demais.

Ano após ano, ouvimos promessas de prevenção, de ordenamento do território e de reforço de meios. Sr. Primeiro-Ministro, recordo que já em agosto de 2003, o então Primeiro-Ministro Durão Barroso dizia o seguinte: «O País deve colocar como prioridade da sua ação o repovoamento florestal, um tratamento mais moderno e eficaz da nossa floresta». Passaram-se mais de 20 anos e, tragicamente, o discurso político e a realidade são os mesmos: priorizar a gestão das florestas, incêndios devastadores, falhas de coordenação, ausência de meios aéreos e uma burocracia que humilha as nossas vítimas.

Sr. Primeiro-Ministro, não é só a floresta que está a arder, mas também a confiança dos cidadãos no Estado, a dignidade de quem trabalha a terra e, acima de tudo, a vida de comunidades inteiras que fica suspensa no meio do fumo.

Por isso, no que diz respeito à coordenação e resposta imediata, pergunto-lhe o seguinte: como justifica a falta de meios aéreos em várias frentes, quando o Estado sabia há meses dessa necessidade? Que falhas de coordenação — que já foram identificadas — existiram entre a proteção civil, as forças de segurança e os bombeiros, e como vai corrigi-las? E ainda, relacionado com a responsabilização política e criminal, questiono

o seguinte: considera existirem eventuais indícios criminais quanto à existência de interesses privados na gestão florestal ou, até mesmo, tráfico de influências que possam estar por detrás da gestão dos meios, das adjudicações e contratos, no que diz respeito à contratação de meios aéreos e fornecimento de equipamentos? Que responsabilidades políticas assume perante esta tremenda tragédia? Está disponível para apresentar compromissos com prazos e metas concretos?

Sr. Primeiro-Ministro, termino dizendo que Portugal não precisa de palavras de conforto ditas nas cinzas. Portugal precisa de antecipação de ação, Portugal precisa de justiça para quem perdeu tudo, Portugal precisa de um Estado que previna...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos de Deputados do PS e do L.*

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, aproveito para os cumprimentar, associando-me às palavras do Sr. Presidente, de solidariedade para com as vítimas, os bombeiros e demais operacionais no terreno.

Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção há um número que deixou de fora; houve um recorde que infelizmente foi batido este ano, com o maior número, de todos os anos, de área ardida na nossa floresta — foram 250 000 ha.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — É o equivalente a termos todo o Luxemburgo ardido.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — É este o património natural que perdemos este ano. Portanto, o recorde que o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo acabaram de atingir...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é recorde!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... também deveria constar dos números e ser reconhecido, para que possamos fazer um combate aos incêndios de forma mais eficaz no próximo ano, ao invés de estarmos já a agendar conferências de imprensa para 2026, para mais um ano perdido para as chamas.

Recordo, também, que há três anos o Sr. Primeiro-Ministro acusava o anterior Governo, e isto são palavras suas, de «recorrer a manobras de distração», culpando o clima, mas hoje também nos vem dizer que a culpa é das elevadas temperaturas.

Temos no nosso País um grave problema de falta de reordenamento florestal. Também temos uma falta de priorização dos investimentos. No debate do estado da Nação, coloquei-lhe uma pergunta, pelo segundo ano consecutivo, à qual o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu, precisamente sobre a dimensão da prevenção. O Sr. Primeiro-Ministro aprovou e anunciou ao País que iria investir mais de 1000 milhões de euros na defesa, mas não vimos anunciar esses mesmos montantes para a prevenção no reordenamento florestal, para termos um mosaico biodiverso ou na valorização dos bombeiros para a prevenção dos incêndios.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Fartámo-nos de fazer por isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Aliás, na dimensão humana, quero perguntar-lhe precisamente por isso, porque o PAN deu entrada de cinco iniciativas, pois pretendemos colaborar no que sejam soluções. Achamos que as comissões parlamentares de inquérito são essenciais para investigar a opacidade dos

contratos, mas não resolvem a questão fundamental da prevenção. Queremos repor o observatório independente e queremos perceber se o Governo, e os partidos que o sustentam, está disponível para seguir esse caminho.

No que diz respeito à valorização dos bombeiros não houve uma única palavra. Os bombeiros voluntários recebem 3,15 € à hora para estarem a defender e a lutar pela vida dos nossos compatriotas, para defenderem a floresta e também os animais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E as pessoas também! Também defendem as pessoas.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — No entanto, não houve uma referência a um cêntimo, a um valor que fosse destinado aos bombeiros para, de facto, poder valorizar estes homens e mulheres que defendem o nosso País.

No que diz respeito à floresta: para quando uma verdadeira «deseucaliptização»?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É, isso é que vai ser!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ou, então, não permitir que, a reboque de um suposto interesse público nacional, se venham a declarar como projetos de interesse a instalação de centrais de painéis fotovoltaicos ou a plantação de eucaliptos que põem em causa as zonas ardidas e protegidas do nosso País e a renaturalização do território.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E como é que fazes as palhinhas de cartão? Sem eucaliptos não há palhinhas de cartão!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por fim, Sr. Primeiro-Ministro, há uma questão que também não posso deixar de lhe colocar, que tem a ver com a proteção animal. Para além de não termos ainda introduzido nos planos de proteção civil os animais, o seu Governo revogou, recentemente, uma medida que tinha sido instituída pela mão do PAN, e que era, precisamente, a instalação dos sistemas de deteção de incêndios nas explorações pecuárias.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Vimos agora os agricultores queixarem-se de que perderam os seus animais e a pedirem apoios, quando aquilo que o Governo deveria ter dado aos agricultores...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas quais agricultores?!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... era precisamente meios financeiros para que pudessem ter estes sistemas de proteção contra incêndios...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou agora a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, dispondo de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Pensei que estava em Gaza!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não estava em Gaza? Não ia no cruzeiro?!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Serão 15 dias de férias!

O Sr. **Presidente**: — Ó Srs. Deputados...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Há água para distribuir aos bombeiros em Gaza!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

O Sr. **André Ventura** (CH): — É muito a sério! Vai 15 dias de férias!

*Pausa.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para Gaza é muito a sério!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: As primeiras palavras são certamente de solidariedade para com o povo que combateu os incêndios, para com os bombeiros.

Estive esta semana no Fundão e encontrei, por mero acaso, um grupo de bombeiros nos comandos que estavam deslocados e que estavam a descansar no sítio onde estive. Perguntei-lhes algumas coisas e vou repetir as perguntas que eles também me fizeram.

Em primeiro lugar, temos 45 medidas com zero para os bombeiros. E gostaria que lhes dissesse porquê e o que é que vai fazer. A segunda maior pergunta que ouvi foi porque é que não houve coordenação na utilização e na deslocação de meios e porque é que havia bombeiros a andarem para baixo e para cima no País, em carros com 30 ou 40 anos, a 90 km por hora, e a chegarem exaustos aos incêndios que era suposto combaterem.

Também me perguntaram, Sr. Primeiro-Ministro, e é verdade, se estava ali para gravar um vídeo para as minhas redes sociais, com um raminho a fingir que apagava um incêndio, como o Deputado André Ventura.

*Protestos do CH.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Fingiu foi a tua mãe!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas, Sr. Primeiro-Ministro, a seriedade com que cada um enfrenta estes momentos fala por si. Em Oliveira...

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço aos serviços para pararem a contagem do tempo. Quando a Sr.<sup>a</sup> Deputada...

*Continuação de protestos do CH.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ajudar o Hamas é que é bom, não é? Isto de ser terrorista é que é bom!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Ser terrorista está-lhe no sangue!

Srs. Deputados, a contagem do tempo está parada...

*Continuação de protestos do CH.*

Sr. Deputado André Ventura, Sr. Deputado Rodrigo Taxa, Sr. Deputado Pedro Frazão, Sr. Deputado... Posso?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Pode, com certeza, mas eu também posso fazer apartes, ou não?!

O Sr. **Presidente**: — Podemos continuar?

Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, faça favor. A contagem do tempo será interrompida sempre que não tiver condições para falar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Estou a transmitir, literalmente, a pergunta que o bombeiro me fez. Literalmente!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah, sim, sim!...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Dizia eu que em Oliveira do Hospital, as mesmas perguntas. A descoordenação no combate, bombeiros sem ordens, a deixarem a população sem resposta, porque não tinham ordens e não por falta de vontade, e total descontrolo no eucaliptal, mesmo depois dos incêndios de 2017.

Sr. Primeiro-Ministro, o Governo não controla as alterações climáticas, não pode controlar o fogo posto, mas o problema é muito anterior aos incêndios. O que é facto é que o Governo não preparou a época dos incêndios e a ministra ainda nos vem dizer que tem meios mais do que suficientes para fazer o combate em agosto!

Aviões Canadair avariados no mês de maiores incêndios, helicópteros em manutenção nas zonas com mais risco de incêndio, tripulantes em falta para esses helicópteros, detetores de fumo e mecanismos de vigilância em falha na altura dos incêndios e o Governo não faz nada e ainda achou que era sensato desviar 120 milhões da gestão da floresta para outros fins, porque, enfim, estamos a ter épocas de incêndio cada vez melhores, como, aliás, se vê.

No meio disso tudo, com populações sozinhas, bombeiros sem saber para onde vão, com uma floresta ocupada por eucaliptos, com uma velocidade de propagação imensa dos incêndios, com meios aéreos avariados, o Governo acha que deve adiar o pedido de apoio internacional para podermos ter meio de combate aos incêndios.

Sr. Primeiro-Ministro, a única pergunta que tenho para fazer é se há alguma outra razão, que não o descaso e incompetência, para a negligência por parte do Governo que vimos na resposta aos incêndios este ano.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP. Dispõe de 6 minutos. Faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, em nome do Grupo Parlamentar do CDS, a primeira palavra é, naturalmente, para aqueles que perderam a vida, as quatro pessoas que morreram nestes incêndios, deixando, às suas famílias e aos seus amigos, uma palavra de conforto e agradecimento por aquilo que foi a sua dedicação, uma causa que é naturalmente de todos.

Depois, a segunda palavra é para todos aqueles que combateram, combatem, neste momento, e continuaram a combater os incêndios, desde logo aos bombeiros, em primeiro lugar, aos sapadores florestais, aos elementos da UEPS (Unidade de Emergência de Proteção e Socorro) da GNR, da força especial de bombeiros e proteção civil, aos militares das Forças Armadas, a todos aqueles que, dos diferentes agentes de proteção civil, travam também esse combate.

Passado este reconhecimento e esta palavra a quem perdeu a vida, é importante que centremos o debate naquilo que os portugueses sentem durante este período. Naturalmente, os portugueses, vendo aquilo que veem nas suas televisões — infelizmente, muitos não veem só na televisão, vêm à porta de sua casa, vêm nas suas terras, vêm com os seus animais —, sentem aquilo que é impossível que o País não sinta em geral: a impotência perante uma luta que é desigual. Mas, obviamente, os responsáveis políticos não podem assumir essa incompetência e têm de lhe dar resposta.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Isso, isso...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado, assumo a sua incompetência, mas deixe os outros falar!

A questão é que os políticos têm de ter respostas e o que aqui é fundamental dizer, em primeiro lugar, é que, da parte do Sr. Primeiro-Ministro — pode dizer-se o que se quiser, sobre isto, sobre aquilo, se esteve, se não esteve, comparar com outros momentos e outros Primeiros-Ministros —, houve um Conselho de Ministros durante os incêndios e que tomou medidas que se aplicam durante os incêndios. Acho extraordinário virem agora dizer: «Não há nada sobre os bombeiros!». Pois não, porque é estrutural e está no Programa do Governo. Já estava. O Conselho de Ministros tomou medidas para aquilo que estava a acontecer, que são medidas excepcionais.

Outra questão: desafio qualquer um dos Srs. Deputados, designadamente do Partido Socialista, que ainda não falou, a dizer que Primeiro-Ministro socialista é que esteve neste Parlamento durante o mês de agosto, durante a fase mais crítica da época de incêndios, a discutir esta matéria. Digam um, digam um! António Costa, José Sócrates, António Guterres, Mário Soares? Algum deles, alguma vez, veio a este Parlamento, debater a questão dos incêndios enquanto eles estavam a acontecer?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Se não os chamaram!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é tão ridículo!  
O que aconteceu relativamente ao ano...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Agora está cá o Chega para chamar o Primeiro-Ministro, na altura vocês não chamaram!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

*Risos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é tão ridículo!... Sr. Presidente, vou gastar só 10 segundos para atender à ignorância do Sr. Deputado Pedro Frazão.

O Sr. **Presidente**: — Não, tem mais tempo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O CDS chamou várias vezes.

**Vozes do CH**: — Não tinham poder!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A diferença não foi essa. O Chega também não tinha poder para obrigar o Sr. Primeiro-Ministro a estar cá.

**Vozes do CH**: — Não tem?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas agora tem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não tem, não! Não tem! O Sr. Primeiro-Ministro está cá porque quis estar, não foi nada porque o Chega o tenha chamado. Isso é mentira. Isso é mentira. É mentira!

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do CH.*

É mentira, e os portugueses têm de o saber. Não há nenhum direito potestativo.

*Protestos do CH.*

Os senhores fizeram o que outros grupos parlamentares fizeram no passado. A diferença não está nos senhores, a diferença está no Primeiro-Ministro.

Relativamente àquilo que aconteceu, é muito importante que as comparações sejam bem feitas. É mentira também o que está a ser dito sobre a área ardida. Temos de comparar a área ardida com o ano, designadamente de 2017, quando terminar este ano, e não é num dia específico dizer que até esse dia arderam mais 10 mil hectares do que tinham ardido em 2017.

Srs. Deputados, faremos as contas no fim, mas há contas que já podemos fazer. Despacho de meios: as ocorrências aumentaram 60 %. Os Srs. Deputados dizem: «Andaram a dizer que tinham meios e não tinham nada meios.» Aumentaram 60 % as ocorrências. Os despachos de meios, quer de operacionais, quer de meios aéreos, aumentaram acima de 100 %. Ou seja, para umas ocorrências que aumentaram 60 %, os meios despachados aumentaram o dobro relativamente ao ano passado. Portanto, comparações, vamos serenamente ter tempo para as fazer quando chegar essa altura.

Outra comparação, relativamente ao crime associado ao incêndio florestal. No ano passado tinham sido detidas, até à mesma data, 52 pessoas. Este ano já foram detidas mais de 100 pessoas. Aqui, há um apelo que é preciso fazer ao Ministério Público e aos magistrados judiciais. O crime de incêndio florestal é um crime gravíssimo. A moldura penal já foi aumentada. Por decisão política, já várias vezes se pôs o crime de incêndio florestal no topo das prioridades relativamente à atuação da justiça. Não pode ser um crime desvalorizado pelas magistraturas. Não pode, de maneira nenhuma, não compete só aos políticos tomar estas medidas, compete à justiça também ser consequente com aquilo que são as medidas que são tomadas pelos políticos e este crime não pode ser desvalorizado.

Como disse, os políticos têm de assumir responsabilidades e de ser consequentes, e, isso, é mais do que fazer comissões de inquérito, grupos de trabalho e por aí fora. Prioridades: pessoas, bens materiais, povoamentos florestais, matos. A partir daí, tem de se ser consequente. Na floresta: valor económico e social da floresta; se a floresta não der dinheiro, vai continuar a arder como arde, porque não conseguimos ordená-la por decreto. É preciso que as pessoas consigam tirar daí rendimento. No combate: bombeiros, em primeiro lugar, está no Programa do Governo — carreiras e comando, reorganização, dignificação. Na proteção civil: reorganizar a estrutura, separar aquilo que é coordenação, daquilo que é comando, para que tudo no terreno funcione melhor. E, depois, sim, relativamente àqueles que contribuem para destruir a nossa floresta e para pôr em causa vidas humanas, claro que a mão tem de ser pesada.

**Vozes do CH:** — Ah!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Mas depois votam contra!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro que a mão tem de ser pesada para quem põe em causa o que é de todos. Não podemos, por um lado, dizer que é muito mau o que está a acontecer, mas, depois, desvalorizar e não querer aplicar consequências a quem tem responsabilidade.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, é óbvio que a minha primeira palavra, e em nome do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, é de profundo pesar pelas vítimas mortais dos incêndios deste ano, de profundo agradecimento a todas as pessoas que têm estado na linha da frente — bombeiros, proteção civil, forças de segurança —, e também de solidariedade a todas as populações afetadas, a todas as pessoas que, infelizmente, ano após ano, se deparam com esta calamidade.

Sr. Primeiro-Ministro, vivemos hoje as consequências de três negligências: a de nada fazer, que não introduz reformas na proteção civil e na gestão da floresta; a de apenas reagir, que aposta tudo no combate a fogos cada vez mais difíceis, sem fazer antes o trabalho essencial de prevenção; e a do calculismo político, que, quando já

era tarde, adiou o recurso aos meios de combate de que mais precisamos, para não assumir que o País vivia uma situação de calamidade.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Extraordinário!...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Primeiro-Ministro, ainda há pouco, referiu contar com os vários partidos para o ajudar nesta missão. Pergunto-lhe, e peço-lhe para explicar, porque é que o seu partido, o partido que sustenta o Governo, decidiu chumbar as propostas da Iniciativa Liberal, que poderiam resolver muitos dos problemas a que assistimos, uma vez mais, este verão. Explique-nos, Sr. Primeiro-Ministro, porque chumbaram o código florestal simplificado, que reunia, num só diploma, o emaranhado de leis, regulamentos e portarias, que confundem, só servem para confundir os proprietários. Esta proposta, recomendada, há anos, pelas inúmeras entidades que estudaram os incêndios rurais em Portugal, foi chumbada nesta Assembleia pelo partido que sustenta o Governo. Diga-nos, Sr. Primeiro-Ministro, se vai precisar de mais relatórios técnicos para perceber o óbvio: que a legislação da floresta está um caos, precisa de ser simplificada e consolidada. Se ainda está à espera de outro relatório para lhe dizer isto, então, desculpe dizer-lhe, mas o problema não é certamente da floresta, é da sua incapacidade de decisão.

Propusemos também a reforma da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), para pôr fim à dispersão e sobreposição de competências e à lentidão de decisões. Esta proposta foi também chumbada pelo partido que sustenta o Governo.

Ainda assim, esta Casa aprovou seis recomendações da Iniciativa Liberal: concluir o cadastro da propriedade rural, acelerar a partilha de heranças, criar linhas de crédito bonificado para herdeiros, permitir a consulta digital de terrenos, abrir a possibilidade de renúncia voluntária da propriedade a favor do Estado e isentar de taxas ou emparcelamento de pequenos terrenos.

A Iniciativa Liberal apresentou caminhos claros. O que fez o Governo? Nada.

Sr. Primeiro-Ministro, em 2020, ainda no Governo de António Costa, o Conselho de Ministros aprovou o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, com um plano de ação que prometia tudo e mais alguma coisa, nomeadamente cumprir, até 2030, 12 objetivos estratégicos, 28 programas e 97 projetos, tudo com metas, prazos, indicadores e financiamento definidos.

No que toca às medidas que, já em 2017, os especialistas consideravam fundamentais, continua quase tudo por fazer. Em julho de 2023, o Grupo de Trabalho para a Propriedade Rústica apresentou propostas concretas para facilitar o emparcelamento, simplificar partilhas, identificar prédios sem dono conhecido, solucionar heranças indivisas, que tantas vezes estão na origem de situações de bloqueio na gestão deste património. Estas medidas continuam por implementar.

A Iniciativa Liberal fez propostas concretas para as incentivar, e continua tudo por fazer.

Perante isto, do que é que se lembrou, o Sr. Primeiro-Ministro, de fazer? De lançar mais um plano, a 25 anos. Sr. Primeiro-Ministro, Portugal não precisa de mais planos para encher gavetas, precisa de ação. Quantos mais planos vai anunciar, antes de finalmente fazer alguma coisa?

As populações afetadas pelos incêndios merecem uma resposta. As populações afetadas pelos incêndios não podem ficar reféns de interesses obscuros ou da inação do Governo.

Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, a vida e a propriedade são direitos fundamentais, mas ao Estado não basta reconhecê-los, tem de os saber proteger. É na garantia da segurança de pessoas e bens que o Estado justifica a sua existência e é na incapacidade de os defender que expõe a sua falha mais grave. Cada família que perde a sua casa, cada agricultor que vê o seu sustento reduzido a cinzas, perde património, autonomia e dignidade.

Chegou o momento de romper o ciclo de anos de propaganda e assumir o ciclo da responsabilidade e da execução. A floresta não pode esperar mais, as populações não podem esperar mais e o País não pode esperar mais. Não basta gerir a emergência, é preciso gerir o território. Não basta apagar incêndios, é preciso prevenir tragédias. Não basta reagir todos os anos em agosto, é preciso planear em janeiro, mas sobretudo executar em fevereiro e março.

Termino, Sr. Primeiro-Ministro, com mais uma pergunta — e cá estaremos nos próximos meses para acompanhar as respostas que nos vai dar —: o que poderão os portugueses esperar de diferente no início do próximo verão?

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista, neste momento, nenhum pedido de inscrição, embora haja alguns grupos parlamentares que ainda não usaram da palavra.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O José Luís Carneiro vai falar, com certeza! Depois da rota na Estrada Nacional n.º 2!

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra ao Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre. Tem 6 minutos, faça favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias: Conhecemos todos suficientemente o nosso País para saber que já estivemos aqui antes e que esta não é uma questão de andar a discutir «vocês são incompetentes, nós somos competentes», «os nossos é que trazem a competência, os outros, incompetentes, falharam em tudo».

Amamos todos suficientemente o nosso País e o nosso território — e quero acreditar que em igual medida toda a gente — para percebermos que há metáforas que são inadequadas, porque a metáfora da guerra, evidentemente, leva depois o Primeiro-Ministro a falar de inimigo,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E é guerra! «Guerra» faz todo o sentido!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... quando aquilo com que nós temos de trabalhar é com o nosso próprio território: é ele o nosso maior aliado na gestão do que deve ser uma riqueza nacional e não um fator de calamidade e de morte.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Podemos dizer «soldados da paz»!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Deputado Hugo Soares — já que interrompe —, devemos todos o mesmo respeito, a mesma consternação às pessoas que perderam as vidas, às pessoas que as arriscam, para procurarmos garantir que este não seja um debate cíclico nem sazonal, que não estejamos a discutir agora incêndios nesta época, como a seguir vamos discutir a seca, como a seguir vamos discutir inundações. E, para o fazer, teria sido importante que o seu grupo parlamentar não tivesse votado contra a criação da comissão parlamentar de inquérito que sugerimos, que apresentámos aqui, precisamente sobre questões de planeamento, prevenção e preparação para catástrofes e eventos extremos.

Vou dar um exemplo muito simples e que salva vidas. A seguir ao apagão, o Sr. Ministro das Infraestruturas disse-nos que havia capacidade técnica e infraestrutura preparada para passarmos a comunicar com as pessoas no terreno através de SMS (*short message service*) enviados via rádio, que não é o sistema que temos. Nós temos um sistema que não faz nenhum sentido, em que enviamos os SMS através das bases de dados das operadoras, o que quer dizer que muita gente que está numa determinada área geográfica não é avisada de uma calamidade e muita gente que não está é. E vimos como isso funcionou mal!

Bem, foi uma das primeiras coisas que, a seguir ao Ministro das Infraestruturas nos ter comunicado esse assunto, falámos com o Primeiro-Ministro: porque é que Portugal não faz como outros países — que, aliás, têm uma estrutura, uma economia parecida com a nossa, com muitos turistas que precisam de ser avisados de, por exemplo, um fogo num determinado município, num determinado distrito —, através das torres de comunicação que as operadoras já têm? O que é que falta? Em abril, o que faltava era assinar um papel, segundo o próprio ministro. O que é que falta hoje? Isso teria sido identificado precisamente nessa comissão parlamentar de inquérito, acerca de todas as debilidades que existem nas questões de planeamento, preparação e proteção.

Mas, evidentemente, foi preciso chegarmos agora à situação em que estamos, com a pressão política que o Sr. Primeiro-Ministro sentiu, para que, finalmente, o Sr. Primeiro-Ministro diga que quer dialogar para um plano a 25 anos. Creio que vamos perceber se essa vontade de diálogo é sincera ou não percebendo onde é que ela para, porque, Sr. Primeiro-Ministro, em todos os anúncios de diálogo anteriores, essa vontade de diálogo parou sempre à porta do Livre. Não fomos incluídos nem sobre as questões de imigração,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E bem! Para quê? Também não contam para nada!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não muda muito!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... nem sobre as questões de defesa, nem sobre segurança, nem sobre os temas orçamentais, apesar de termos apresentado propostas, como apresentámos sobre estas.

Sr. Primeiro-Ministro, quer discutir a sério a profissionalização dos bombeiros, que já propusemos aqui, também, evidentemente, como outros grupos parlamentares? Quer discutir a sério mais meios e mais urgência para o cadastro florestal? E quer discutir a sério questões de escala? Como é possível que no nosso País não estejamos a discutir como dar escala aos pequenos proprietários, para que possam extrair rendimento dos seus terrenos — como propusemos com a criação de ecoprodutivas locais —, o que quer dizer que as pessoas, extraindo rendimento, podem cuidar melhor dos seus terrenos?

E vamos finalmente dar escala também à resposta do Estado, porque é uma questão de organização do Estado. É extraordinário que no nosso País estejamos ainda a discutir se a resposta deve ser municipal, intermunicipal ou regional, porque o problema, evidentemente, é que o nosso País só tem duas camadas de resposta política democraticamente eleita: ou é o presidente da câmara, que vê o fogo a entrar pelas fronteiras do seu município e que, evidentemente, está a gerir um problema maior do que a escala dos meios que tem, ou então é Lisboa, e pergunta-se onde é que está o Primeiro-Ministro. Porque não existe regionalização neste País!

**Voz do Livre:** — Muito bem!

**Vozes do CH:** — Ei! Ei!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E se quisermos falar a sério da organização do território, se quisermos falar a sério de repovoamento do interior, também temos de falar disso.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, se vamos discutir 25 anos, vamos discutir a sério a organização do Estado no seu território a esses 25 anos. E aí veremos se o seu apelo ao diálogo é sério, é sincero ou não é.

Não basta dizer que se está ao leme, é preciso saber dialogar e distribuir jogo com a própria sociedade civil e com os partidos aqui, na Assembleia da República.

Devemos, àqueles que perderam a vida, àqueles que a arriscam todos os dias e àqueles que ainda vão estar em risco neste verão, não só saber, como se perguntava, se para o ano as coisas vão correr melhor. É que nós ainda temos um ano e uma época de incêndios a decorrer e eu gostaria que não voltássemos a ter aqui exatamente o mesmo discurso que estamos a ter hoje.

*Aplausos do L.*

*Pausa.*

O Sr. **Presidente:** — *I'm waiting for a call.*

*Risos.*

Quando o telefone não toca, o passo seguinte é o encerramento do debate.

*Pausa.*

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Avançamos, para não permitirmos que a Assembleia da República passe por este vexame. É sempre a mesma fita!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, para uma intervenção também, o Sr. Deputado José Luís Carneiro. Faça favor, dispõe de 6 minutos.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo: Antes de mais, as nossas condolências às famílias das vítimas e aos seus amigos, a nossa solidariedade com todas as comunidades locais que sofreram o drama dos incêndios.

Sr. Primeiro-Ministro, já aqui estive por várias vezes na prestação de contas como Ministro da Administração Interna, sei bem da complexidade que é hoje encontrar-se aqui juntamente com a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Administração Interna. Mas não deixo de lembrar que falta aqui aquele que é mais responsável pela política duradoura, estável, de longo prazo, que é o Ministro da Agricultura. Isso mostra muito o compromisso que querem estabelecer para o futuro!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É preciso ter lata!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, por nós, este debate não teria ocorrido, porque ainda estamos longe, infelizmente, do complexo termo dos incêndios.

Quis V. Ex.<sup>a</sup> que o debate se realizasse hoje. Muito bem, tenho de começar por lhe dizer que, perante esta crise, à semelhança de outras, revelou uma grande insensibilidade, uma incapacidade para antecipar e uma impreparação para responder.

Desde logo, insensibilidade por não ter compreendido que deveria ter feito o mesmo que fez em 2024, quando adiou o Congresso do PSD: deveria ter adiado a festa do PSD no Algarve, quando a população estava a sofrer e a viver momentos muito dramáticos.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É quem o diz fez declarações à porta da Festa da Sardinha!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sim, Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Primeiro-Ministro tem direito às suas férias e todos os membros do Governo têm direito às suas férias, mas para a população portuguesa foi incompreensível como é que se deu aquele sinal de insensibilidade com quem estava a sofrer no território.

Mas na prevenção, mostrou também insensibilidade para compreender que a debilitação da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, com a decapitação de várias estruturas intermédias por razões partidárias, teria efeitos nocivos no conjunto do sistema. Não se devem à atual Ministra da Administração Interna essas decisões.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Ainda na prevenção, revelou insensibilidade para compreender que menos 4 mil ações de fiscalização das ações preventivas de limpeza, em comparação com 2022 e 2023, teria efeitos muito negativos para a tranquilidade da nossa vida coletiva.

Também na prevenção, mostrou falta de sensibilidade para compreender que a retirada de 120 milhões de euros das políticas florestais teria um impacto muito negativo na mobilização da sociedade para uma prioridade nacional.

Na preparação, revelou falta de humildade para ouvir e incompetência para responder. Falta de humildade para ouvir a proposta que lhe fiz no dia 1 de agosto, para que ativasse o mecanismo europeu de proteção civil; falta de humildade, ainda, para ativar reforço das patrulhas aéreas e terrestres para garantir uma melhor prevenção em circunstâncias difíceis que iríamos ter de enfrentar. E incompetência também para, desde fevereiro deste ano, fazer aquilo que sempre foi feito, que é os responsáveis da pasta estarem regularmente com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e com a Guarda Nacional Republicana, para dar força à mensagem política de que havia que ter cuidado com as ignições em tempos especialmente exigentes.

*Aplausos do PS.*

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, no combate, foi patente o recuo nos reacendimentos. Em 2022 e 2023, conseguimos recuar para 4 %, e a informação de hoje, do ICNF, é que os reacendimentos estão nos 9 %. Isto mostra uma falha que tem de ser compreendida nas suas causas fundamentais. Se o dispositivo é equivalente ao dos anos anteriores e os resultados são piores, houve uma liderança política ausente, incapaz de antecipar e frágil na resposta.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Onde é que esteve, durante os vossos oito anos?

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — A presença da liderança política é essencial nos momentos mais críticos da vida das sociedades, garantindo a confiança das pessoas no Estado.

Eu estive presente nos momentos mais difíceis e críticos que a comunidade portuguesa viveu na Venezuela: visitei vários detidos, fui apoiá-los a saírem da cadeia. Estive com os portugueses em Moçambique, aquando o ciclone Idai, com forças e serviços da proteção civil. Estive nas Caraíbas, aquando o furacão Irma, para salvaguardar a vida das pessoas, como estive presente nos atentados terroristas, em Barcelona e noutros locais, para mostrar que o Estado estava presente junto dos portugueses nas horas mais difíceis.

*Aplausos do PS.*

Sr. Primeiro-Ministro, propôs-nos um pacto para 25 anos. Estou de acordo com a necessidade de um compromisso duradouro para combater as assimetrias territoriais, as desigualdades e para promover a coesão económica e social. Mas antes disso, Sr. Primeiro-Ministro, tem o dever de dizer aos portugueses: onde está o Programa de Valorização do Interior, aprovado pelos governos do PS? Onde está o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela? Em que ponto se encontra o registo do cadastro? Onde está a reforma da propriedade rústica?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Que descaramento!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Onde estão as áreas de proteção da paisagem? Onde estão os condomínios de aldeia? Onde está a reforma da Escola Nacional de Bombeiros, que ficou na pasta de transição? Onde está a revisão da Lei de Financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros?

*Protestos do PSD.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sinceramente!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — E, já agora, Sr. Primeiro-Ministro, queira assumir connosco — pedia a vossa atenção, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados — que está disponível para garantir que a operação dos meios aéreos será feita, no futuro, pela Força Aérea,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é que é possível?

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... garantindo a continuidade do esforço que já foi feito pelos governos para adaptar o C-130, para a aquisição dos Canadair e para garantir que os KC-390 têm capacidade de combater...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

*O orador prosseguiu a intervenção, apesar de o microfone já se encontrar desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado, mas já não se está a ouvir.

*O orador prosseguiu a intervenção, apesar de o microfone já se encontrar desligado.*

Sr. Deputado, já não se ouve. Já não se está a ouvir, Sr. Deputado!

*Protestos do PSD, do CH e da IL e contraprotestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Luís Carneiro, não é isso. Já não se está a ouvir, porque os microfones desligam-se automaticamente. Não sou eu, Sr. Deputado!

Sr. Deputado, peço a sua compreensão, porque o tempo esgotou-se!

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é só não se estar a ouvir, é porque não tem tempo!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra. É para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é apenas para dar nota do seguinte: os tempos foram estipulados na Conferência de Líderes e há a regra dos 15 segundos extra para que os oradores possam usar de mais 15 segundos, de tolerância, antes de o microfone se desligar, mas não é pelo facto de o microfone se desligar e não se ouvir que o orador deve terminar a sua intervenção. O orador deve terminar a sua intervenção em respeito pelo Regimento e em respeito pelos seus pares, porque o seu tempo de intervenção acabou e não porque o microfone se desliga! E é bom que isso fique claro para todos, para cada uma e para cada um dos Srs. Deputados, inclusive para o Sr. Deputado José Luís Carneiro.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — E era claro. Eu estava a tentar que a situação fosse resolvida com a serenidade e com a importância que o debate aconselha.

O Sr. Deputado André Ventura pede a palavra também para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sim, Sr. Presidente. No mesmo sentido, e pedindo-lhe desculpa por esta intervenção, acho que o Secretário-Geral do Partido Socialista tem de compreender que não manda na Assembleia da República.

O Sr. **Presidente**: — É para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sim, Sr. Presidente, à Mesa.

Portanto, o que vimos hoje foi uma coisa incompreensível: o Sr. Presidente chamou a atenção 20 vezes para o facto de que o tempo acabou, mas o Secretário-Geral do Partido Socialista acha que deve continuar...

*Protestos do PS e do L.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça então o favor de concluir a sua interpelação.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Não estavam tão envergonhados?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Dizia eu que o Sr. Deputado José Luís Carneiro entende que tem direito a continuar a usar da palavra, depois de ter aprovado estes termos na Assembleia da República e na Conferência de Líderes, e por isso ficou aí em cima vergonhosamente.

**Vozes do PS**: — Vamos falar do que importa!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O PS queixa-se de que o Chega é que tem um tratamento de favor,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não vamos...

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... quando vocês fazem da Assembleia uma bandalheira total.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Não têm a noção do ridículo!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, está tudo compreendido. Tentei, com sentido de urbanidade, que fosse tudo resolvido. E o Sr. Deputado também, com certeza, acompanha as nossas observações em relação ao cumprimento do Regimento.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares, para uma intervenção. Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado: Junto, evidentemente, as palavras do Grupo Parlamentar do PSD às palavras sentidas do Sr. Presidente da Assembleia da República, do Sr. Primeiro-Ministro e de todos aqueles que me antecederam. Dirijo uma palavra de dor, de solidariedade, de pesar às famílias e aos amigos enlutados. Dirijo igualmente uma palavra de profunda gratidão a todos os que durante os últimos dias combateram, em nosso nome, o flagelo dos incêndios florestais — todas as corporações, todas as associações, todas as forças e serviços de segurança —, bem como à GNR e à Polícia Judiciária, aos nossos autarcas de câmara municipal e de junta de freguesia, muitas vezes os primeiros a terem de socorrer as populações...

**Vozes do PSD**: — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Esqueceram-se durante anos! Está a falar para a comunicação social!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... e, designadamente, às populações, que, como sempre acontece todos os anos, individualmente, são as primeiras a combater os fogos florestais.

Hoje é assumido como inevitável o aumento da perigosidade dos fogos, resultante, em grande medida, das alterações climáticas.

Cito alguns excertos e títulos de notícias de jornais: «Os incêndios rurais são uma inevitabilidade», José Luís Carneiro, Ministro da Administração Interna, 27 de setembro de 2023;...

*Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.*

... «Costa diz que dias negros “seguramente vão repetir-se”. O Primeiro-Ministro segura a ministra da administração interna e fala na necessidade de reformar a floresta. Mas resultados, avisa, vão demorar. “Não há bombeiros que cheguem para correr a todas as situações”»; «O Primeiro-Ministro defende que o “dia

devastador” que se viveu neste domingo em todo o País tem uma grande possibilidade de se vir a repetir nos tempos próximos».

*Protestos do Deputado do PS Rui Jorge Santos.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, creio que é unânime, infelizmente, esta inevitabilidade: seja por força das alterações climatéricas, seja por força da mão criminosa, vamos ter recorrentemente incêndios florestais, designadamente quando as condições meteorológicas o propiciam. O que temos de saber, Sr. Primeiro-Ministro, é se estamos a fazer tudo, a montante, durante o combate e a jusante, para minorar os efeitos.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Não estão!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Dizia o Sr. Deputado Paulo Raimundo — secundado, de resto, pelo Sr. Deputado José Luís Carneiro — que o Governo acordou tarde para a questão dos incêndios quando, Sr. Deputado Paulo Raimundo e Sr. Deputado José Luís Carneiro, o Governo preparou o maior dispositivo de sempre para combate aos incêndios.

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quando o Sr. Deputado José Luís Carneiro se dirige ao Governo, ali da tribuna — e já lá vou, para dizer onde esteve depois de tudo acontecer...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... (curiosamente, não esteve nunca antes de as coisas acontecerem, e bem) —,...

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Eu não estou no Governo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... perguntando o que é que aconteceu aos condomínios de aldeia, eu quero responder-lhe o seguinte, Sr. Deputado José Luís Carneiro: os senhores deixaram cerca de 300 condomínios de aldeia, e nós criamos mais 500 condomínios de aldeia. Qual é a sua dúvida de que a prevenção estava a ser feita?

*Aplausos do PSD.*

*Protestos dos Deputados do PS Eurico Brilhante Dias e José Luís Carneiro.*

Sr. Deputado José Luís Carneiro, neste debate, cabe tudo. Cabe discutir a regionalização, como quer fazer o Sr. Deputado Rui Tavares; cabe fingir que somos bombeiros a apagar fogos que já estão extintos, como fez o Deputado André Ventura;...

*Risos do PSD.*

*Protestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Pelo menos não estava a fingir!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... e até cabe, veja bem Sr. Deputado José Luís Carneiro, ali, daquela tribuna, o senhor usar o facto de ter sido Ministro da Administração Interna para referir os sítios onde esteve depois de as calamidades acontecerem.

*Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.*

Olhe, Sr. Deputado José Luís Carneiro, quando o ouvi a dizer que esteve nos atentados terroristas em Barcelona, pensei que tinha estado a combater os terroristas em Barcelona. O senhor não fez mais do que a sua obrigação,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... como este Governo não faz mais do que a sua obrigação ao estar junto das populações, junto das pessoas depois das coisas acontecerem, para reparar e repor à condição anterior depois daquilo que aconteceu.

*Protestos do PS.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O seu problema, Sr. Deputado José Luís Carneiro, é que se esqueceu de dizer onde estava enquanto o País ardia. Pergunto: onde estava o Sr. Deputado José Luís Carneiro? Enquanto o País ardia, o Deputado José Luís Carneiro estava no Festival da Sardinha, em Portimão, a falar da festa da sardinha e da qualidade da sardinha algarvia.

*O orador exibiu uma imagem que retrata o que mencionou.*

**Vozes do PS:** — Oh!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sabe, Sr. Deputado José Luís Carneiro, não o censuro por ter estado na festa da sardinha, em Portimão.

**Vozes do CH:** — Ah pois não!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Gabo-lhe até o bom gosto.  
O que lhe censuro é as vezes que se junta à demagogia da extrema-direita...

**Vozes do CH:** — Ah!...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... para criticar um Governo que esteve serenamente a fazer aquilo que lhe competia, que era estar ao leme da coordenação política, a garantir que nada falhava às populações.

*Aplausos do PSD.*

Sr. Deputado André Ventura, vou dizer-lhe porque é que afirmei que, na generalidade, o Estado não falhou às populações. Foi porque as estradas foram fechadas a tempo e horas, porque as populações foram evacuadas a tempo e horas, e porque o Estado esteve onde precisava de estar para garantir que não havia vidas ceifadas por falhanço do Estado.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Deixa arder!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Deputado André Ventura, ainda o senhor andava nas televisões, de cachecol, a discutir futebol, em 2017, e já eu e este grupo parlamentar visitávamos as áreas ardidas.

*Protestos do CH.*

E vou dizer-lhe mais, em 2017, nos fogos de outubro, já eu e o Deputado Carlos Silva, como fez no seu terreno e no terreno dos seus vizinhos, combatíamos os fogos com as nossas próprias mãos, a ajudar os nossos vizinhos.

**Vozes do CH:** — Ah!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sabe qual é a grande diferença? É que nem eu nem os Deputados que estão sentados atrás de mim, que ajudámos as populações a combater os fogos, fizemos a sua triste figura — que publicou nas redes sociais —, a combater um fogo que já estava extinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aldrabão!

*Aplausos do PSD.*

Nós temos respeito pelos bombeiros e é por isso que respeitamos as populações.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, procurarei distribuir uma notícia do portal do PSD, de 2022, em que o então líder da oposição dizia, sobre alterações climáticas, qualquer coisa como o seguinte: «Não me agrada nada que nos andem a vender que estamos num ano atípico de vagas de calor. O que não é correto é dirigir para aí e disfarçar o que correu menos bem.» Isto são palavras do líder da oposição, em 2022.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não batem palmas?!

O Sr. **Presidente:** — Faça chegar à Mesa e será distribuído, Sr. Deputado.

Para uma intervenção, dispondo de 3 minutos e 1 segundo, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, quando chegamos ao fim deste debate, percebemos o óbvio: o Partido Socialista acha que nada disto foi sua responsabilidade. Acha que pode subir à tribuna para dizer o que fez; que esteve em Barcelona, nas Caraíbas e onde fosse, a fazer o seu trabalho, quando não fez o essencial, Sr. Deputado.

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

E sabe o que era essencial? Oito anos de trabalho pelas pessoas que os senhores ignoraram e a quem deixaram a terra arder, por vossa responsabilidade criminosa, depois Pedrógão Grande. É por isso vossa a responsabilidade criminosa.

*Aplausos do CH.*

É também perceptível, Sr. Presidente, porque é que ninguém quer uma comissão de inquérito: porque sabem bem que essa comissão de inquérito chamará à responsabilidade aqueles que durante anos disseram que faziam e não fizeram,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... aqueles que viram arder Pedrógão e deixaram, aqueles que viram a morte acontecer à frente e nada fizeram pelo território.

Mas quero dizer isto ao País: digam o que quiserem sobre quem vai lá junto das populações, nós vamos mesmo avançar com uma comissão de inquérito, doa a quem doer, e a que interesses doer, neste País, pelo negócio dos fogos e pela falta de prevenção no território.

*Aplausos do CH.*

Para nós, é melhor ir ajudar os bombeiros, mesmo que seja para o *TikTok*, Sr. Deputado, mesmo que seja no *Instagram* e no *Facebook*. Sabe porquê? Porque prefiro ajudar os bombeiros do meu País a ir para Gaza durante duas semanas, ajudar a população de outros quaisquer.

*Aplausos do CH.*

Sr. Deputado, vou sempre preferir esta foto a esta!

*O orador exibiu 2 folhas com as fotografias que mencionou.*

*Aplausos do CH.*

Sabe porquê, Sr. Deputado? Porque esta foto pode ser para o que vocês quiserem, mas eram homens e mulheres que vinham e perguntavam: «Onde é que está o Primeiro-Ministro? Onde é que está o que nos prometeu, que íamos ter estradas e meios aéreos?»

E, sim, passámos para as pessoas essa ajuda por uma razão. Sim, salvámos animais. Sim, apagámos fogos. Sim, ajudámos a recolher bens.

*Risos de Deputados do PSD.*

Sim, enquanto estava na televisão, Sr. Deputado — não sei se era a discutir futebol ou as suas paranoias habituais —, nós estávamos a recolher meios para os bombeiros do Fundão e eu tenho muito orgulho, muito orgulho nisso!

*Aplausos do CH.*

Repito, tenho muito orgulho nisso. E vamos sempre orgulhar-nos disto, porque isto,...

*O orador exibiu a foto que mencionou.*

... seja o que for o País que goze, é a voz do País real, que pede políticos diferentes, e é esse político que quero ser, em Portugal!

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Também escusam de ir ao terreno, porque ninguém sabe quem vocês são!

O Sr. **Presidente**: — Para uma última intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, que dispõe de 56 segundos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas: Este debate teve duas fases bem diferentes. Teve uma primeira fase em que, pela pressão política que a cidadania muitas vezes, e bem, exerce, se apresentou um Governo que, num ato de contrição, procurou dizer que quer dialogar. A grande pergunta é se essa vontade de diálogo é sincera ou não. E teve agora uma ponta final de debate em que voltámos àquilo que as pessoas já conhecem do jogo parlamentar.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Que é aquilo, aliás, que faz com que muitas pessoas lá fora nos digam que o que se passa aqui dentro não tem a ver com as suas vidas. Ao menos, num dia e num debate como o de hoje, as pessoas poderiam ser poupadas a isso. Penso que vale a pena fazer o esforço de pouparmos os nossos concidadãos à normal chicana parlamentar.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — É por isso que a abstenção diminui. É por causa do Livre!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Por isso, pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, se se distancia deste espetáculo que vimos agora no fim,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sempre a fazer queixas!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e se pode dizer-nos que, de facto, não se pode discutir o território sem o discutir profundamente. Sim, incluindo a escala, incluindo a regionalização, incluindo a preparação e a prevenção.

*Aplausos do L.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sempre a fazer queixinhas, sempre a chorar!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, que dispõe de 22 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Ventura, há uma diferença entre ajudar os bombeiros e ridicularizar o trabalho dos bombeiros, como o Sr. Deputado fez.

*Protestos do CH.*

E não é a primeira vez que o faz. Também o vi aqui, nas janelas da Assembleia da República, a gozar com a cara dos bombeiros que foram obrigados a subir as escadas para tirar os panos que os senhores penduraram na fachada da Assembleia da República.

*Aplausos do L e de Deputados do PS.*

Cada vez que um bombeiro subia, o senhor ia lá e tirava o pano.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vai para casa, pá!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não é a primeira vez que goza com o trabalho dos bombeiros. Sr. Primeiro-Ministro, há duas hipóteses agora: uma comissão de inquérito séria aos contratos dos meios, à hierarquia dos comandos, aos mecanismos de prevenção ou este oportunismo político.

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Não tenho mais nenhuma inscrição...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Leva uma burca para Gaza!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vais levar a tua mulher para Gaza? Vais sozinha para Gaza?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a crítica faz parte do debate político. Sr. Deputado André Ventura, quer usar a palavra para que efeito? Tem tempo?

*Pausa.*

Tem, sim senhor, peço desculpa, não tinha reparado. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, é muito rápido. É só para dizer à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua que já estive muitas vezes com os bombeiros — muitas, é verdade — aqui, na Assembleia da República.

Há uma coisa que lhe garanto, e é a diferença entre nós, por isso é que temos 60 Deputados e vocês um: é que nós estamos ao lado deles, não fugimos para Gaza quando eles de nós precisam.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua quer usar da palavra para que efeito?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Para defesa da honra, Sr. Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Defesa da honra da bancada é muito bom! Ela não tem bancada!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Tem 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.  
O Sr. Deputado André Ventura acusou-me de fugir para Gaza.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Acusou-me de fugir para uma zona onde Israel está a exterminar milhares de pessoas, onde milhares de crianças morrem à fome e onde não é sequer permitido chegar ajuda humanitária, onde não há água potável, onde jornalistas são assassinados, onde não chegam médicos e onde profissionais de saúde estão a ser chacinados,...

*Protestos do CH.*

... quando a ONU (Organização das Nações Unidas) já declarou estado de fome e onde estão a ser cometidos crimes de guerra que queremos que sejam julgados a nível internacional.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vai com Deus!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Há um povo a ser chacinado, e é verdade: eu tomo partido. O Sr. Deputado André Ventura também toma partido e o seu partido é o dos criminosos de guerra,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Oh pá!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... como bem se vê aqui, com uma *selfie*, como bem gosta, ao lado de um dos ministros mais extremistas e radicais do governo israelita, que está a chacinar o povo palestino.

*A oradora exibiu uma fotografia.*

Ambos tomamos partido, mas eu estarei do lado da história de quem combateu o genocídio...

*Risos do CH.*

... e quis levar ajuda humanitária a Gaza. O Sr. Deputado estará do lado da história de quem fingiu não ver milhares de crianças a morrer e ainda quis usar isso como jogo político.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — És uma oportunista! Sabes que não vais chegar lá!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mais uma vez, acho que isso deixa bem clara a seriedade desta Deputada que aqui está, que incomoda tanto os 60 do Chega.

*Aplausos do Livre.*

*Risos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura. Dispõe de 2 minutos, faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, antes de mais, dirijo um pedido de desculpa a quem nos está a ver e de repente vê que estamos a discutir sobre Gaza e não sobre os incêndios em Portugal.

**Vozes do PSD, do PS e do BE**: — Foste tu!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Bloco de Esquerda quer falar sobre Gaza e não sobre os incêndios em Portugal.

*Protestos do BE e de Deputados do PS e contraprotestos de Deputados do CH.*

Eu ouvi a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua dizer assim: «Vou estar onde é preciso para combater a fome, a miséria, a dor, em Gaza». Tudo certo, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Mas há os bombeiros do Fundão, da Covilhã, as populações de Pedrógão Grande, de Vila Real, de Castro d'Aire... Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, se eu tiver de escolher entre os que vivem em Gaza e os que vivem no meu País, eu prefiro os do meu País!

*Aplausos do CH.*

São esses que eu apoio! São esses que me movem!

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

Eu sei que a Sr.<sup>a</sup> Deputada gostava de ser eleita por um círculo de Gaza, provavelmente, mas ele não existe. Nós somos eleitos pelo povo português, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Este povo português que está agora a sofrer!

E este povo vai ver que a Sr.<sup>a</sup> Deputada vai duas semanas — duas semanas! —, num barco, para Gaza fingir que vai fazer alguma coisa para depois dizer que não pôde entrar e que voltou para trás, que o Governo português tem o dever de a proteger e que, portanto, temos de pagar a proteção da Deputada Mariana Mortágua, que vai para Gaza fazer o número.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Cala-te, pá!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas eu vou-lhe dizer, e vou mostrar outra vez esta fotografia.

*O orador exibiu a fotografia que mencionou.*

Não sei que fotos é que tem aí, mas esta, a mim, orgulha-me, porque sou eleito por este País e estive ao lado dos bombeiros deste País.

*Aplausos do CH.*

Não é uma foto daqueles países em que andam de burca ou que falam em árabe, é dos homens e mulheres do meu País.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já agora, Sr.<sup>a</sup> Deputada, se me permitir, no tempo que me resta, dou-lhe um conselho, para ir a Gaza. Olhe, vá como está sempre, vá como a mulher livre que é e vai ver que eles não vão gostar muito de si por causa disso.

Talvez aprenda lá que aqueles povos de quem tanto gosta não defendem nem as minorias, nem os LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgénero), nem as mulheres, nem ninguém que a Sr.<sup>a</sup> Deputada defende.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E são vocês que defendem?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É dessa incoerência que a Sr.<sup>a</sup> Deputada devia ter a noção, antes de falar.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Feita a defesa da honra e dadas as explicações, não havendo mais inscrições, vou dar a palavra...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Vai e organiza uma parada gay, lá!

*Protestos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar à fase de encerramento.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Uma parada gay!

*Protestos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vários, do Grupo Parlamentar do Chega, vou passar à fase de encerramento.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 10 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Queria começar por cumprimentar todos os Deputados intervenientes, que colocaram um número muito significativo de questões e que acrescentaram também algumas reflexões a este debate.

Não há dúvida nenhuma de que é um debate que exige sentido de responsabilidade, que exige capacidade de podermos olhar para trás e escrutinar o que foi feito e o que não foi feito, mas que também deve permitir que possamos olhar para a frente de modo a podermos, desde já, aprimorar a nossa capacidade de resposta para o que ainda vamos seguramente viver nas próximas semanas e olhar para os próximos anos.

Portanto, agradecendo todas as questões que foram colocadas, quero deixar aqui algumas observações, alguns contributos e algumas respostas para essas mesmas questões.

Começo pela — vamos chamar-lhe assim — questão de fundo quanto à organização da nossa floresta, das nossas políticas de coesão territorial, da nossa aposta, que deve ser, e é, estratégica no setor primário, na agricultura, na pecuária, na produção florestal enquanto motores para a dinamização da atividade económica, que sustenta famílias e que pode salvaguardar o povoamento do território.

Evidentemente que as reflexões são multifacetadas e envolvem uma grande quantidade de políticas públicas, pelo que não é possível hoje falarmos de todas elas.

Aludi, na minha intervenção — e vários Srs. Deputados, depois, fizeram-no também —, a um plano de intervenção para a floresta de 2025 a 2050 que, quero aqui lembrar, foi apresentado no dia 21 de março, muito antes de haver verão, muito antes de haver a ameaça extrema por que passámos e muito antes de haver os eventos trágicos dos incêndios florestais, com a sua dimensão e duração.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Esta apresentação, de resto, decorreu na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, onde se desenvolve muito conhecimento à volta de todo este fenómeno e das soluções que podemos preconizar e executar para podermos, no futuro, afiançar ao nosso povo que não passaremos por circunstâncias exatamente iguais a estas.

Eu direi que este Governo e eu próprio não estamos aqui para pré-anunciar novas tragédias, muito pelo contrário: estamos aqui para fazer e contribuir, com o vosso esforço também e de toda a sociedade, para as evitarmos.

Pode continuar a haver incêndios — se calhar será inevitável, como alguns dizem —, mas é possível que esses incêndios não tenham a gravidade que estes e outros tiveram ao longo dos últimos anos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É possível! Há políticas públicas, há decisões e há ações que colaboram e devem colaborar para diminuir a perigosidade e as consequências dos incêndios florestais.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É isso que também está neste plano que foi apresentado, que visa valorizar a floresta e aumentar a resiliência do setor florestal. Visa — é verdade — remover muitos dos obstáculos, nomeadamente ao nível jurídico e legislativo que aqui mencionaram, ao nível da identificação da propriedade, da correlação entre a propriedade e a responsabilidade por aquilo que extravasa a delimitação da propriedade. Porque ser proprietário de um terreno florestal não é apenas ser proprietário daquela fração territorial, é daquela fração territorial e, com ela, do perigo que um evento, uma ignição, pode causar, em termos de propagação, a todo o País, a toda a comunidade.

**Vozes da IL e do CDS-PP**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, estamos a falar de verdadeira reforma do Estado, de simplificação de procedimentos, de agilizar muitos dos instrumentos que visam, depois, concretizar estratégias.

Não vou entrar no debate de quem fez mais, quem fez menos. Podia fazê-lo. Ouvi aqui a acusação de que não tínhamos dado sequência aos projetos dos condomínios de aldeia. É verdade, chegámos ao Governo e havia, em Portugal, 320 condomínios de aldeia. Neste momento há 821, o que significa que, em pouco mais de um ano, aprovámos 501 novos condomínios de aldeia.

Ouvi aqui falar de operações integradas de gestão de paisagem. Quando chegámos ao Governo, tinham sido criadas 12 operações integradas de gestão de paisagem. Desde que iniciámos funções, já foram aprovadas mais 50.

Mas isto será a lei da vida. Nós estamos aqui para executar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Aquilo que é um bocadinho mais estranho é que aqueles que tiveram na mão esse poder de execução se queixem, oito anos volvidos, daquilo que não está feito, do que está por fazer.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, enfim, não vou entrar muito nesse debate porque, efetivamente, aquilo que é necessário é olharmos para a frente.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Também quero aqui dizer que é injusto e é falso o argumento que é utilizado de que foram retiradas verbas a esta área.

*Protestos do PS.*

É falso! Repito, é falso! É verdade que houve alguma reprogramação...

*Protestos dos Deputados do PS Eurico Brilhante Dias e José Luís Carneiro.*

Oiçam, é verdade que houve alguma reprogramação em termos de fundos comunitários, como já tinha acontecido também nos Governos do Partido Socialista.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — 120 milhões!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado José Luís Carneiro fala agora em 120 milhões. O Governo anterior, do Partido Socialista, tinha feito uma reprogramação na casa dos 100 milhões de euros, mas com uma diferença: é que nós reprogramámos o PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum), mas temos outros instrumentos de financiamento, nomeadamente o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência).

O que lhe posso dizer é que, ao nível da execução, estamos a gastar cerca de 50 % mais do que aquilo que era o dispêndio de execução. Não é aquilo que fica na fotografia no dia em que se apresentam os planos e até mesmo os orçamentos, Sr. Deputado.

*Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.*

Mas a nossa intenção é continuar a desenvolver este investimento.

Este projeto, que, de facto, queremos seja apreciado e debatido aqui no Parlamento e que possa ser acrescentado, já está em execução. Há 30 medidas, das várias que estão plasmadas neste plano, que já estão em execução. Mas estamos a falar de 25 anos, por isso estamos muito a tempo de aprofundar um conhecimento que já contou com 400 contributos, desde a academia ao movimento associativo, empresarial e até autárquico.

Portanto, este plano não caiu do céu. Este plano é o resultado de uma intervenção, de um projeto e processo de amadurecimento de ideias que envolveu toda a sociedade.

Mas naturalmente que o Parlamento se deve pronunciar, e não é só por razões de debate político e transparência, mas também de durabilidade. Se queremos mesmo executar este plano e ver os seus resultados, temos de saber que ele vai ser executado por alguns, muitos, que estarão aqui a seguir a nós. Em 25 anos, teremos vários Governos, várias legislaturas — espero que ao ritmo de legislaturas de quatro anos —, mas ainda assim muitos intervenientes políticos do ponto de vista legislativo e do ponto de vista executivo.

Depois, quero dizer-vos, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, que, não obstante esta reflexão mais geral e aquilo que temos pela frente, evidentemente que não podemos e não nos furtamos a dar explicações sobre aquilo que fizemos. Com certeza.

Muitas das intervenções, quer as que foram aqui feitas quer as que foram feitas no espaço mediático nos últimos tempos, têm referido que o Governo esteve ausente e que o Primeiro-Ministro acordou tarde para este problema dos incêndios florestais.

Já tive ocasião de dizer, e posso aqui reiterar, que, se calhar, posso ter contribuído para que essa perceção possa ter sido criada, mas ela é injusta, é mesmo injusta. Não só temos vindo a desenvolver, como disse inicialmente e já reiterarei, várias das políticas de prevenção, de habilitação do dispositivo para combater quando há crise e também da capacidade de resposta rápida, como, neste caso concreto, tivemos a seguinte cronologia.

No dia 22 de julho reunimos o Conselho Coordenador da AGIF (Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P.). Foi uma reunião que teve lugar na residência oficial do Primeiro-Ministro, conduzida e presidida pelo Primeiro-Ministro. Uma reunião de coordenação que decorreu antes das ocorrências.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — No dia 29 de julho, ainda estávamos nos primeiros dias de maior severidade meteorológica e de ocorrência de incêndios de grande dimensão — havia, há época, um grande incêndio —, eu e a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Administração Interna fomos à sede da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil verificar as condições em que o dispositivo estava a atuar no terreno e perspetivar aquilo que podíamos fazer nos dias e nas semanas seguintes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não foi por acaso que, desde a primeira hora, estivemos sempre em contacto com aquele que, no Governo, tem a responsabilidade de conduzir a operacionalidade das forças do ponto de vista da gestão política, que é o Secretário de Estado da Proteção Civil, com a tutela da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Administração Interna e com supervisão do Primeiro-Ministro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro, sobrepõe-se à Ministra!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foi por isso que, desde essa altura, estivemos sempre ao corrente da situação, a ponto de, no Conselho de Ministros do dia 7 de agosto, termos tomado nove decisões para a gestão concreta do que era já a evolução da situação no terreno.

Daí em diante fizemos o que nos competia.

Há uma coisa que não fizemos, de facto. Não vestimos casacos da proteção civil para ir para o terreno, onde as chamas estavam a deflagrar,...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... porque quisemos respeitar a prioridade que demos ao trabalho operacional, que — e isto foi comprovado por este Parlamento numa comissão técnica independente — muitas vezes era influenciado negativamente pela presença dos políticos.

Demos cumprimento a uma estratégia que visava, e visa, proteger as pessoas e o património, que não é o mesmo que dizer que estamos a leste daquilo que se passa também no País.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias quer usar da palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É sempre igual! É sempre igual!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, houve seguramente um lapso, pelo que farei chegar à Mesa, para dar ao Sr. Primeiro-Ministro, a informação de que não há concursos para os condomínios de aldeia desde agosto de 2023, quando o Governo era um governo liderado pelo Dr. António Costa, do Partido Socialista.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foram criados!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, será feita a distribuição.  
Está terminado o nosso debate.

Temos, agora, o ponto referente às votações, havendo vários projetos de voto, de pesar relativamente às quatro vítimas deste período de incêndios.

É um momento importante para esta Assembleia e vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa que proceda à leitura destes projetos de voto.

Começamos pelo Projeto de Voto n.º 116/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte de Carlos Dâmaso no incêndio da Guarda. Dou, então, a palavra ao Sr. Secretário Francisco Figueira, para proceder à respetiva leitura.

Pedia a atenção de todos, por favor.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«No passado dia 15 de agosto, morreu Carlos Dâmaso, vítima de um incêndio florestal que deflagrou no concelho da Guarda, entre as localidades de Pêra do Moço e Vila Franca do Deão.

Empresário agrícola de 43 anos, Carlos Dâmaso era casado e tinha um filho. Foi também presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca do Deão durante 12 anos, entre 2009 e 2021, e era novamente candidato a este cargo nas eleições autárquicas de outubro próximo.

Carlos Dâmaso morreu enquanto combatia as chamas, procurando evitar que se propagassem para a sua localidade. Num testemunho particularmente eloquente de solidariedade local, avançou para o combate ao fogo num trator que lhe foi emprestado pelo atual presidente da junta de freguesia, de quem era adversário eleitoral, mas também amigo e vizinho.

A Assembleia da República, reunida em Plenário, manifesta profundo pesar pela morte de Carlos Dâmaso e presta tributo ao seu testemunho de dedicação cívica e comunitária. Endereça também, à família, aos seus amigos e aos cidadãos da freguesia de Vila Franca do Deão, sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. **Presidente**: — Temos agora o Projeto de Voto n.º 115/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte do bombeiro Daniel Bernardo Agrelo. Peço ao Sr. Secretário que proceda à leitura do mesmo.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu, no passado dia 17 de agosto, Daniel Bernardo Agrelo, bombeiro voluntário da Covilhã, vítima de um acidente de viação. Na sequência do mesmo acidente, vários outros bombeiros ficaram feridos.

Daniel Agrelo, de 44 anos, casado e pai de um filho, morreu em serviço, enquanto se deslocava para combater um incêndio rural ocorrido na região. Morreu envergando a farda e defendendo com determinação a segurança das populações e do território.

A sua partida trágica recorda ao País o absoluto heroísmo com que os bombeiros diariamente enfrentam os maiores perigos, arriscando as próprias vidas, em nome do bem comum. Merecem, por isso, a profunda gratidão de toda a sociedade portuguesa.

A Assembleia da República, reunida em Plenário, evoca a saudosa memória de Daniel Bernardo Agrelo e manifesta sentido pesar pela sua partida. À família, aos amigos e ao Corpo de Bombeiros da Covilhã endereça condolências. Expressa ainda a convicção de que o exemplo de Daniel Agrelo, associado ao de tantos outros bombeiros, será lembrado como referência de heroísmo, abnegação e serviço ao próximo.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Segue-se ainda o Projeto de Voto n.º 117/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte de Adolfo Santos no incêndio de Mirandela, que vai também ser lido pelo Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu, no passado dia 19 de agosto, Adolfo Santos, enquanto combatia o incêndio que deflagrou no concelho de Mirandela.

Operador de máquina de rastos, Adolfo Santos tinha 65 anos e era natural de Contins, no concelho de Mirandela. Em razão do seu trabalho, contava já com alguma experiência no combate aos fogos, tendo estado envolvido, ao longo dos anos, em diversas operações de circunscrição e contenção das chamas, em diferentes pontos do País. Morreu nesta terça-feira, em mais uma zona de incêndio, desta vez no seu próprio concelho natal.

A Assembleia da República, reunida em Plenário, manifesta profundo pesar pela morte de Adolfo Santos e evoca, com profunda gratidão cívica, o seu testemunho de abnegação, coragem e sacrifício. Aos familiares, amigos e conterrâneos endereça sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, temos ainda o Projeto de Voto n.º 121/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte do Sapador Florestal Daniel Esteves. Peço ao Sr. Secretário o favor de proceder à respetiva leitura.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu, no passado dia 23 de agosto, o sapador florestal Daniel Esteves, na sequência de ferimentos contraídos enquanto combatia um incêndio no concelho do Sabugal.

Daniel Filipe Silva Esteves trabalhava na Afocelca, uma empresa privada ligada à proteção da floresta. Integrado numa equipa de cinco operacionais, procurava dominar as chamas, quando sofreu, a 19 de agosto, graves queimaduras. Esteve internado durante quatro dias no Hospital de São João, no Porto, onde acabou por morrer, na madrugada do passado Sábado.

Daniel Esteves bateu-se com bravura, abnegação e espírito de missão, procurando pôr cobro a um incêndio que ameaçava vidas humanas, património e a nossa floresta. O País presta-lhe homenagem, com a gratidão que é devida aos heróis.

A Assembleia da República, reunida em Plenário, manifesta profundo pesar pela sua morte, e endereça as mais sentidas condolências à família, aos amigos, aos seus colegas de trabalho e à empresa Afocelca, assim como a todas as forças que, no terreno, combatem o fogo e protegem o território.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, na sequência das votações a que acabámos de proceder, vamos guardar 1 minuto de silêncio.

*A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.*

Temos ainda dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados para apreciar e votar. Peço assim, mais uma vez, ao Sr. Secretário o favor de ler os mesmos.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira, Juízo Central Cível do Funchal — Juiz 3, Processo n.º 889/22.2T8FNC, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Deputado Pedro Coelho (PSD) a intervir no âmbito dos referidos autos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

*Pausa.*

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Passamos, assim, ao segundo parecer a apreciar, pelo que dou a palavra ao Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu, Juízo Central Cível do Funchal — Juiz 3, Inquérito n.º 3439/21.4T9VIS, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar do Deputado João Tilly (CH) a intervir no âmbito dos referidos autos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

*Pausa.*

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Chegamos ao fim dos nossos trabalhos. Despeço-me do Sr. Primeiro-Ministro e dos restantes membros do Governo. Está, assim, encerrada a sessão.

A nossa próxima reunião será em setembro.

*Eram 16 horas e 39 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.